

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Análise às propostas de Orçamento do Município do Porto para 2015 e de privatização do estacionamento na via pública

Continuam as «pegadas» de Rui Rio...

Amanhã, dia 23 de Outubro irá ser discutido e votado o Orçamento para 2015 do Município do Porto. Este é o segundo orçamento da atual coligação Rui Moreira/CDS/PS. Já não se pode dizer que estamos num orçamento de «transição», mas para todos os efeitos assim parece. Pouco ou nada mudou em relação à estratégia orçamental da anterior maioria. Mantêm-se prioridades e opções do passado. Mas pior, esta proposta de Orçamento revela a falta de uma visão estratégica para cidade, a falta de um projeto mobilizador e ambicioso de transformação para dar resposta aos problemas do despovoamento, da habitação, do desemprego, das desigualdades e das assimetrias que fraturam o Porto, mas revela também a incapacidade de mobilizar investimento.

Para aqueles que se iludiram e ainda se iludem com a perspectiva de mudança de políticas, o que temos é a mesma e «gasta» política de direita, ora não fosse a atual maioria suportada por fracções do PSD, pelo CDS, bem como pelo PS, que em questões determinantes sempre viabilizou a política de direita, incluindo em mandatos anteriores.

Em paralelo, continuam por realizar promessas eleitorais. Percebemos que a reabilitação do Mercado de Bolhão ficará para 2016, senão mesmo para 2017, com um custo que poderá ascender a 17,25 milhões de euros, um valor que tinha sido apresentado por Rui Moreira em campanha e tendo em conta as limitações dos FEEI (nomeadamente ao nível do Norte 2020), poderá significar o regresso a intenções de envolvimento dos privados neste processo. As várias promessas relativas à utilização do antigo Matadouro Municipal, nomeadamente o Polo Empresarial para dinamizar a zona oriental, continuam a não ter nenhum vislumbre orçamental, com exceção da perspectiva de venda do Edifício, que já estava contemplada no orçamento de 2014. Confirma-se ainda que as promessas de Manuel Pizarro de reduzir a taxa de IMI para 0,3% ou de isenções totais e parciais na derrama municipal, caem por terra, mantendo-se pelo contrário a taxa de IMI em 0,36%, uma decisão ainda da anterior maioria PSD/CDS, ao mesmo tempo que se aumenta a carga fiscal sobre os portuenses, com o peso dos impostos municipais no total da receita a aumentar de 35,9% para 36,4%. A coligação espera arrecadar mais 3,9 milhões de euros em impostos diretos em 2015. O único sinal positivo vem da redução da taxa reduzida da derrama de 1,2% para 1% para as empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros, proposta que a CDU apresentou no último orçamento e que foi então chumbada.

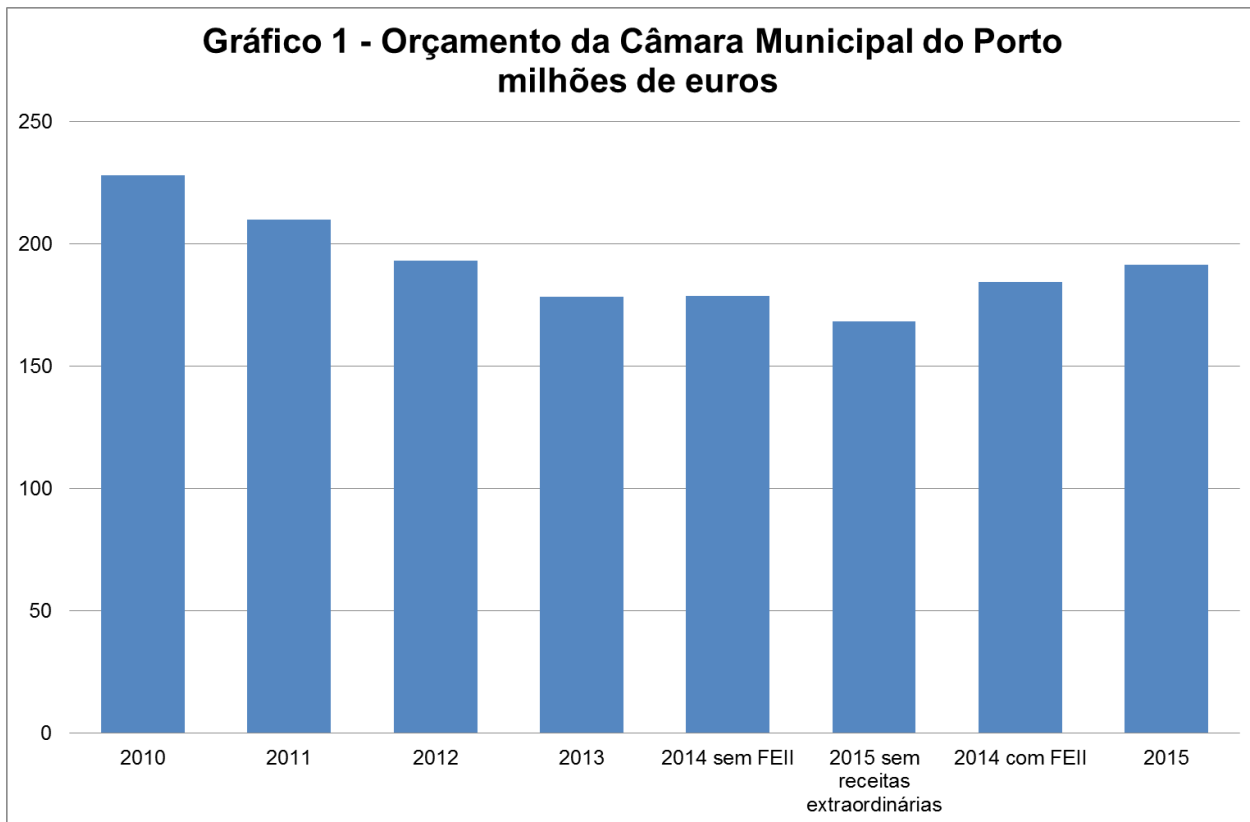
Por outro lado, avança-se com a «velha» intenção de Rui Rio de proceder à privatização do estacionamento da via pública. Esta possibilidade é reveladora da insistência na lógica de delapidação de serviços e equipamentos municipais. Num quadro em que é por demais evidente a necessidade de, mesmo tendo em conta os constrangimentos orçamentais e legais existentes, a Câmara do Porto proceder a uma recuperação gradual e faseada para a esfera municipal e pública dos

serviços concessionados a coligação Rui Moreira/CDS/PS apresenta uma medida de sentido inverso, pretendendo “amarrar” a autarquia por mais de uma década a novos condicionalismos, com potenciais prejuízos graves para quem vive, trabalha ou frequente as zonas afectadas. Recorde-se, por exemplo, que um título de estacionamento para moradores custa anualmente, fora das zonas consideradas prioritárias, 411 euros, 903 euros e 1515 euros, para os casos respetivos de uma, duas e três viaturas! Os argumentos adiantados que invocam a necessidade de proceder ao melhoramento da fiscalização do estacionamento e à falta de meios próprios do Câmara para realizar este objectivo, são contraditados pela ausência de um plano mais vasto sobre as questões de mobilidade no Porto, implicando a defesa e promoção dos transportes públicos, pela possibilidade de concretizar um investimento próprio da Câmara de forma faseada e no “cheque em branco” que o caderno de encargos apresentado implica no que se refere ao nº de novos lugares cobrados a estabelecer e nas respectivas localizações, assim como em relação a futuras renegociações que podem agravar as condições de remuneração do Município.

A opção pela manutenção da concessão de limpeza parece estar em cima da mesa, uma vez que não se vislumbra nenhum investimento no sentido da recuperação da capacidade dos serviços municipais, afim de poder assegurar o serviço num cenário sem a atual concessão após o final de 2016.

Apesar de sem impacto orçamental (pelo menos para já), são mantidas as opções em torno da operação imobiliária do Aleixo e a concessão do Pavilhão Rosa Mota, para aí vir a ser criado um Centro de Congressos.

O «rigor orçamental» de Rui Rio, ou melhor, a falta dele, promete continuar. Os orçamentos são sempre marcados por receitas ou despesas extraordinárias, operações contabilísticas que levam a valores diferenciados e rácios não comparáveis, valores sob e sobre orçamentados e a promessa de modificações e revisões orçamentais. Falta confirmar se a baixa execução crónica também é para manter, recordando que 27,5 milhões de euros do Orçamento Corrigido de 2013 ficaram por executar (uma taxa de execução da despesa de 86,9%).

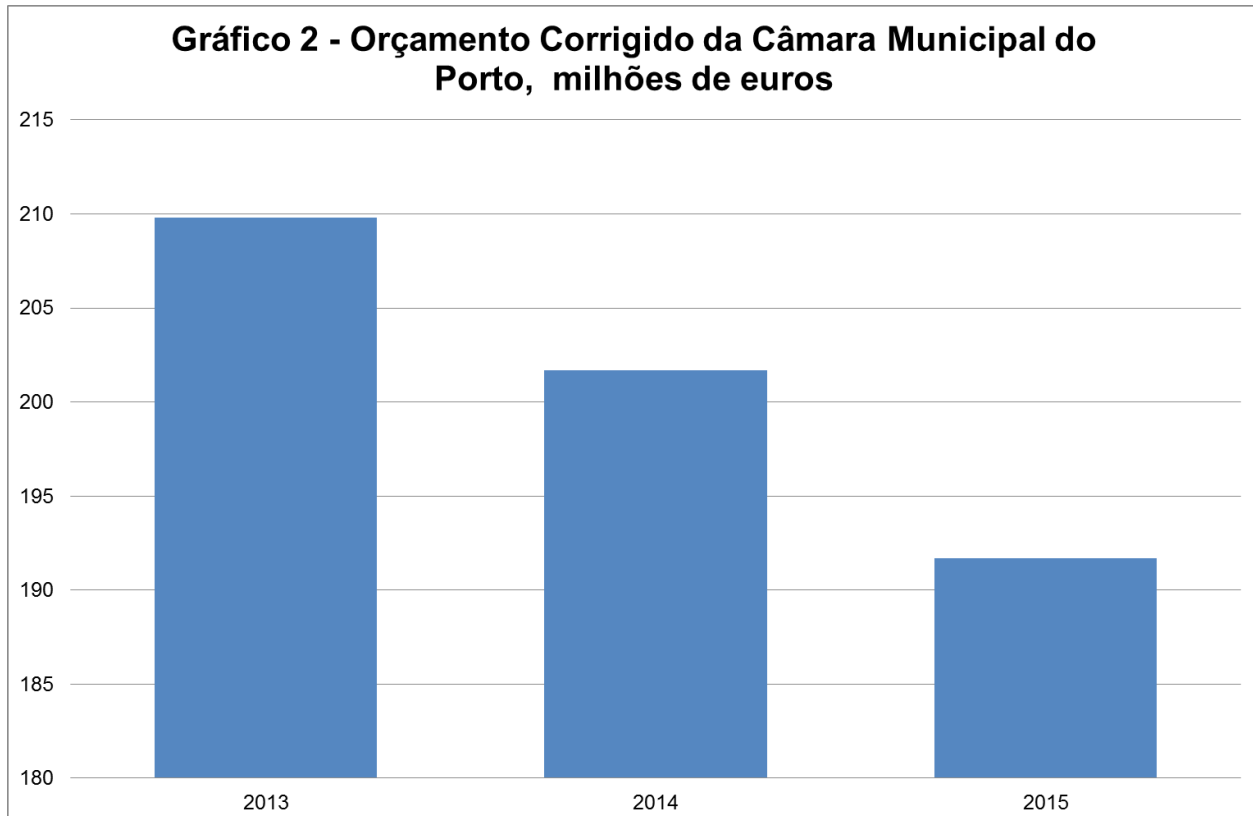


Se no Orçamento de 2014, tivemos a operação contabilística do FEII do Aleixo, de 5,8 milhões de euros a empolar o orçamento, que foi um dos mais baixos da década, este ano temos duas receitas extraordinárias: a concessão do estacionamento na via pública já referida e a venda das ações do município no mercado abastecedor, cujo valor estimado inscrito ascende a 15,3 milhões de euros. Esta última receita extraordinária, para cobrir a redução contabilística no valor da alienação de imóveis na elaboração do orçamento, imposta legalmente. Mas esta redução contabilística na venda de bens de investimento de quase 18 milhões de euros, é isso mesmo, contabilística. A intenção real de venda de imóveis ascende a 24,6 milhões de euros, superior à inscrita no orçamento de 2014 (21,4 milhões de euros). É de salientar que o valor de 8,6 milhões de euros inscrito pela Coligação para a venda de bens de investimento (24% do valor pretendido) é, mesmo assim, superior ao do último orçamento de Rui Rio em cerca de 3 milhões €, o que mostra o apetite voraz pela delapidação do património municipal, para continuar a financiar o estreitamento da poupança corrente, a qual sem o valor da concessão do estacionamento ficaria em 7,62 milhões de euros, um dos níveis mais baixos da última década, para além da redução das transferências de capital. Isto num contexto, em que a despesa corrente volta de novo a aumentar, desta vez, em 2,2%. Para isso, contribuiu também o aumento dos subsídios, nomeadamente para assumir o prejuízo da Porto VIVO - SRU relativo a 2014 e o contrato-programa que irá ser estabelecido para o seu reequilíbrio operacional.

O valor do orçamento municipal de 2014 ascende a 191,7 euros, o que, apesar do aumento linear de 7,2 milhões de euros face ao de 2013 (aumento inferior ao encaixe previsto com a concessão de estacionamento na via pública), é mesmo assim um dos mais baixos dos últimos anos e ainda de valor inferior ao orçamento inicial de 2012 (Gráfico 1). Mas se retirássemos desta proposta de Orçamento o valor das receitas extraordinárias (não repetíveis), significaria que o orçamento para

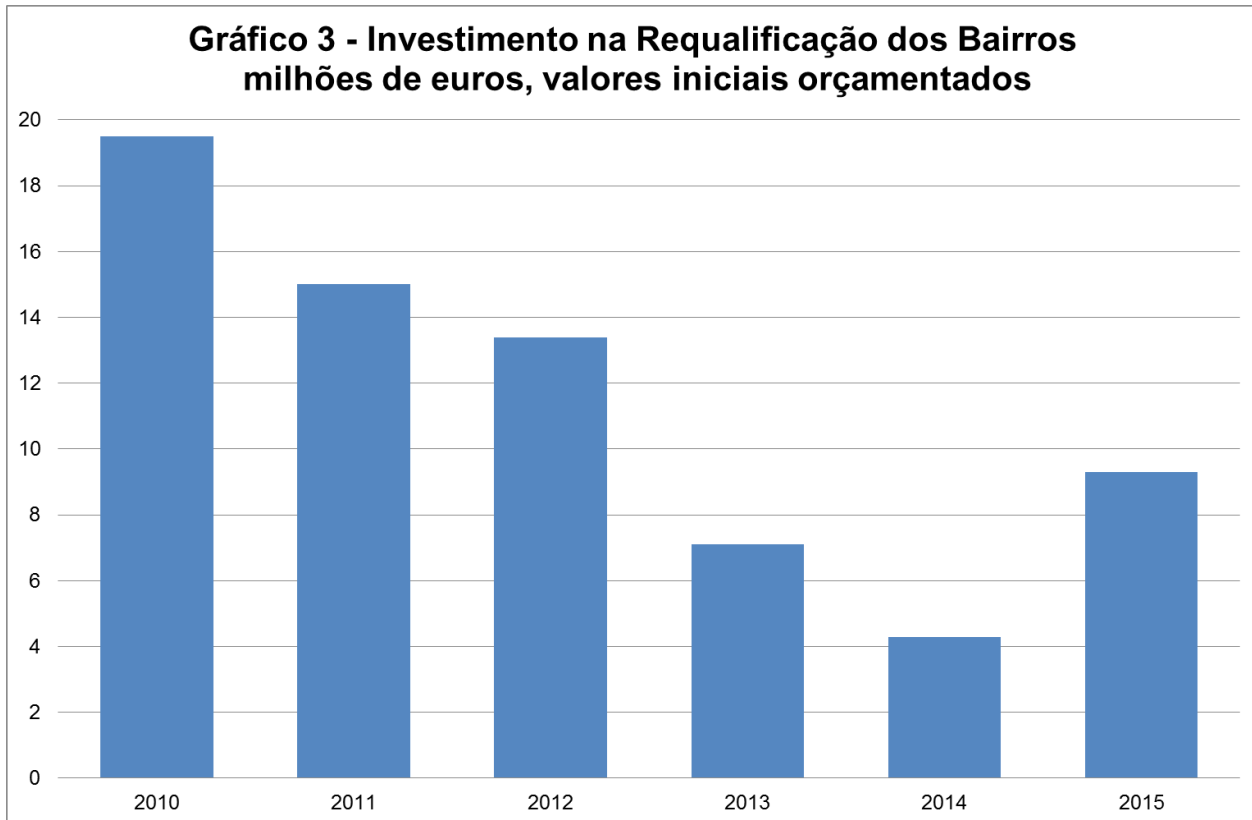
ficar equilibrado devia ficar na ordem 168,4 milhões de euros, isto mesmo contando com um aumento de 3,9 milhões de euros em impostos diretos.

Se tivermos em conta os orçamentos corrigidos das diversas alterações e revisões orçamentais, então o orçamento para 2015 sofre uma redução de 5% (mais de 10 milhões de euros) face a 2014 e de 8,6% (cerca de 18,1 milhões de euros) face a 2013 (Gráfico 2).



Ao nível dos principais objetivos estratégicos, existe uma redução significativa (menos 7,1 milhões de euros) na Reabilitação e Requalificação Urbana, prioridade que corresponde a menos de metade do orçamentado em 2013. A promoção do ambiente urbano mantém os níveis de compromisso de 2014. As ações de dinamização cultural têm um acréscimo de 484 mil euros, mesmo assim ficando longe das expectativas e mantendo o seu peso global no orçamento de 5,2%.

A solidariedade social mantém as verbas previstas em 2014. Mesmo assim, trata-se apenas cerca de metade do que existia em 2013, mas agora incorporando 500 mil euros, do Fundo Municipal de Emergência Social, que face aos valores e objetivos terá uma abrangência limitada, não tendo um impacto estrutural na situação social que se vive no Porto, onde o desemprego, a pobreza e a falta de acesso à habitação, continuam a ser três das principais questões no desenvolvimento social da cidade, da quais o Estado não se pode desresponsabilizar.



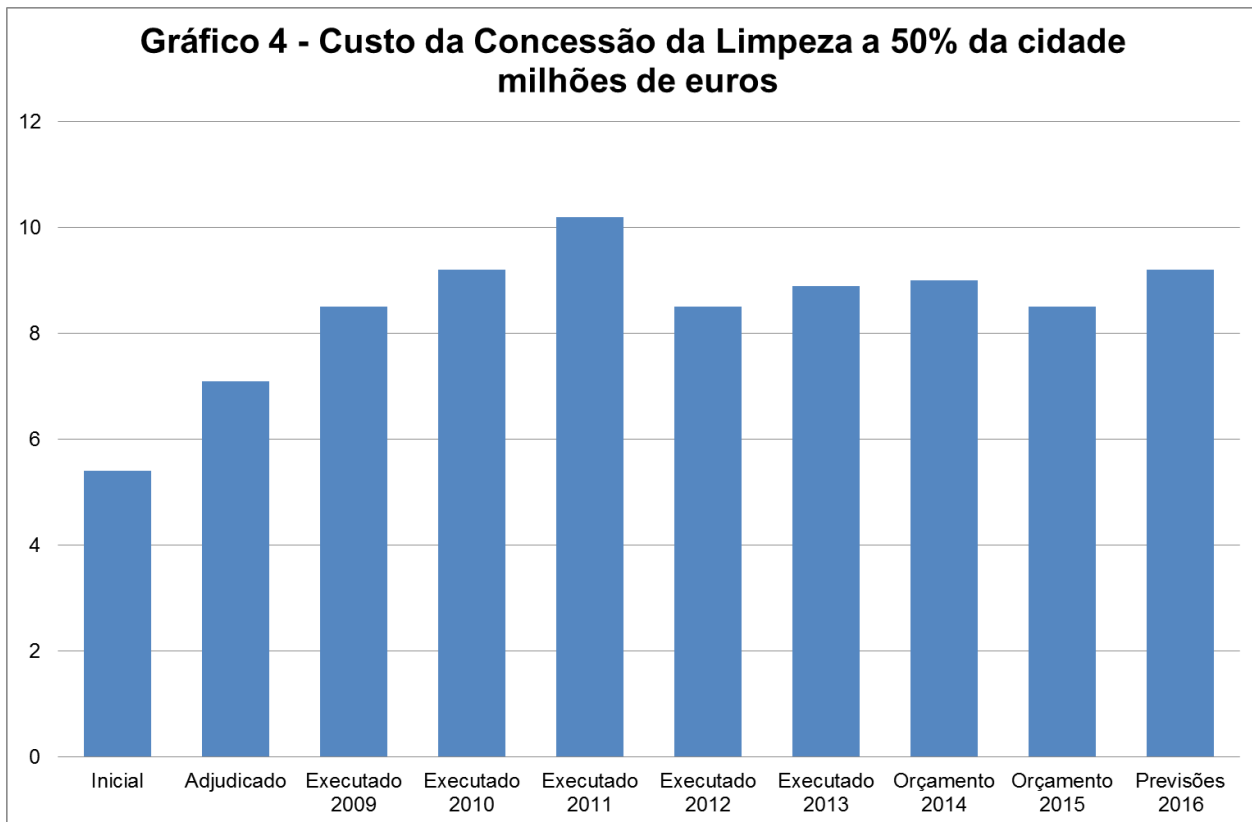
Ainda dentro dos objetivos estratégicos, importa salientar o investimento na requalificação dos Bairros Municipais que sofre um acréscimo de 5 milhões de euros face ao orçamento de 2014 inicial (acréscimo inferior se tivermos em conta o orçamento corrigido de 2014) situando-se nos 9,3 milhões de euros, na sua quase totalidade no âmbito da candidatura ao programa Reabilitar para Arrendar. Tendo a CDU lutado pela necessidade do aumento do investimento na grande requalificação, a verdade é que o presente aumento acaba, no essencial, por manter o nível de investimento dos últimos dois anos, ficando 4,1 milhões de euros abaixo do investimento previsto no orçamento de 2012, que já era um dos mais baixos do último mandato (menos 10,2 milhões de euros face ao orçamento de 2010, Gráfico 3). Isto porque ainda muito está por fazer. Nem todos os bairros do denominado Grupo I foram requalificados e o Orçamento de 2013 suspendeu obras de requalificação no valor de 9,7 milhões de euros, que têm vindo a ser desbloqueadas progressivamente em 2014. Importa salientar que, tão importante como o investimento e a sua cabal execução, é o modelo de reabilitação seguido e aqui não parecem existir grandes diferenças face ao passado, aliás como está bem patente na reabilitação do Bairro S. Vicente de Paulo e nos bairros que integram o programa Reabilitar para Arrendar (com exceção da intervenção que se prevê no Bairro S. João de Deus). Por outro lado, está inscrito mais um pagamento da comparticipação dos CTT para a recuperação do Bairro do Pereiró, sem que se perceba para quando está prevista a sua requalificação.

Os níveis de investimento global acabam por se manter face ao orçamento inicial de 2014, com os rearranjos necessários para a inscrição de verbas do programa do Mercado do Bolhão, nomeadamente com cortes de 2,5 milhões de euros em viadutos, arruamento e obras complementares. Apesar disso, o peso do investimento no total da despesa tem uma redução 0,2 pontos percentuais, ficando bastante aquém dos valores inscritos em 2012. Ao nível da despesa

programada da GOP, E.E.M. há um aumento de cerca de 2 milhões de euros, devido à incorporação do programa do Mercado do Bolhão, sendo difícil escrutinar os restantes investimentos com o novo quadro que é apresentado. Sem este programa, o investimento seria inferior ao previsto no orçamento de 2014 e 1,7 milhões de euros inferior ao previsto no Orçamento de 2013. Também ao nível da DomusSocial, E.E.M., a despesa programada é superior à prevista em 2014, em virtude do aumento de 5 milhões € na requalificação dos bairros, mas é bastante inferior ao de 2013 e ao que se inscreveu em orçamentos anteriores. Também aqui, mais que os números, constata-se que não existem alterações, nem de filosofia, nem de orientação.

Um outro aspeto de continuidade é mais uma vez o custo da concessão da limpeza urbana de 50% da cidade. Em 2015 mantém-se uma inscrição de 8,5 milhões de euros, inferior à inicialmente orçamentada de 9 milhões de euros em 2014. Não se sabe se esta redução resulta da negociação em curso com as concessionárias, em virtude do regresso à Câmara de cerca de 200 trabalhadores municipais que se encontravam na Suma e na Invicta Ambiente e que contribuirão para o aumento das despesas com o pessoal.

Mas, em qualquer dos casos, é de recordar que este valor permanece bastante acima do valor de adjudicação da concessão e acima do valor inicial proposto. Este tem sido um dos negócios mais danosos para o erário municipal, já para não falar da qualidade do serviço prestado e do desinvestimento nos meios próprios do Município. Se juntarmos às verbas executadas entre 2009 e 2013, o que foi orçamentado em 2014 e agora em 2015, chegamos à conclusão que a concessão da limpeza irá custar mais 25 milhões de euros do que inicialmente previsto, mais 13,1 milhões de euros se tivermos em conta o valor de adjudicação (Gráfico 4). Tendo em conta as previsões já existentes para 2016, o custo adicional da concessão poderá atingir os 28,8 milhões de euros face ao inicialmente previsto, 15,2 milhões de euros face ao valor adjudicado. É caso para perguntar o que se poderia ter sido feito com este dinheiro! Este é mais um legado ruinoso de Rui Rio que se perpetua, um negócio ruinoso para a cidade que teve então o apoio do PS. Por isso, a CDU continua a exigir a revogação da concessão em curso, sendo que se impunha é que no Orçamento de 2015 existissem verbas para capacitar o Município para vir a assumir a limpeza urbana no final de 2016. Infelizmente não é esse o caso, o que faz temer a sua continuidade.



Ao nível das receitas, consideramos que as previsões de transferências correntes do Estado por via da participação do IRS são demasiado prudentes ou, então, tem que se avaliar a razão de se terem reduzido tanto. A inscrição de 19 milhões de euros, o mesmo valor que em 2014, não se percebe, num contexto em que a carga fiscal tem vindo a aumentar desde 2011 e com a previsão de aumento da receita do IRS no Orçamento de Estado para 2015 em 2,4%.

A CDU considera que esta proposta de Orçamento não contribui para a modificação do modelo de desenvolvimento da cidade, mantém prioridades da anterior maioria municipal e não cumpre de facto as promessas eleitorais apresentadas pelas candidaturas de Rui Moreira/CDS e PS hoje coligadas. Por isso, não serve a cidade nem os portuenses, pelo contrário, mantém a austeridade e delapida o património municipal.

A CDU considera que a nível local e nacional é necessária uma rutura com as políticas de direita. A CDU reafirma que existem alternativas.

Pode efetuar-se uma redução da carga fiscal, por exemplo no IMI (para 0,35%), sem grandes consequências orçamentais. Há margem para um programa de apoio ao movimento associativo popular (600 mil euros), proposta que a CDU irá rerepresentar novamente neste orçamento. Há margem para um programa de dinamização para cultura mais ambicioso. Há espaço para aumentar o investimento, reivindicando os compromissos face ao poder central, mas mesmo recorrendo à capacidade de endividamento da própria Câmara, aliás como se provou com o Programa Reabilitar para Arrendar. Mas, mais importante, é que já deveriam estar em curso negociações para aproveitamento cabal dos FEEI/Norte 2020. Devem-se poupar recursos, fundindo ou extinguindo

empresas municipais ou reintegrando serviços de forma a aproveitar as competências existentes nos trabalhadores municipais. Deve-se maximizar a receita ao nível da venda de bens e serviços municipais e a venda das habitações sociais aos seus inquilinos para gerar receita para a construção/reabilitação de nova habitação social. Deve-se combater o desperdício de dinheiros públicos herdado do passado, nomeadamente em assessorias técnicas e jurídicas. Deve-se abrir o caminho para a escolha de investimento em projetos estruturantes que contribuíssem para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento harmonioso da cidade, como o investimento em habitação social e a custos controlados e a reabilitação urbana, potenciando parcerias com o sector cooperativo e em projetos âncora para alicerçar o desenvolvimento da cidade, sobretudo da zona oriental.

O que falta sobretudo nesta proposta de Orçamento, como já faltava em 2014, é a ambição clara de romper com o atual modelo de desenvolvimento da cidade, uma nova visão estratégica para o Porto. O que temos, lamentavelmente, é um orçamento de continuidade.

Mais uma vez, em claro desrespeito do Estatuto de Oposição, a CDU não foi auscultada antes da elaboração da proposta de Orçamento, para apresentar as suas propostas e suas alternativas, de forma a poderem eventualmente ser incluídas em sede do debate orçamental. Isto faz com o debate seja de sentido único. Mas isso não impedirá à CDU continuar a apresentar as suas propostas e alternativas. Os portuenses sabem que somos e seremos a voz de Esquerda na Câmara Municipal do Porto.

Face a esta apreciação da proposta de Orçamento para 2015 do Município do Porto e de privatização do estacionamento na via pública, a CDU, fiel ao programa e aos compromissos que assumiu com os Portuenses, votará contra estes documentos.

Porto, 22 de Outubro de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Com a participação dos eleitos municipais da CDU e dirigentes do PCP Artur Ribeiro, Belmiro Magalhães e Pedro Carvalho.